

CADERNO DE QUESTÕES



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO SELETIVO PARA AS FUNÇÕES DE CONCILIADOR
E DE JUIZ LEIGO NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL N.º 01/2012 - CONCILIADOR E JUIZ LEIGO

CONCILIADOR CRIMINAL

Nome do Candidato: _____

Inscrição n.º: _____ - _____





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

INSTRUÇÕES

- 1 Esta PROVA consta de **30** (trinta) questões objetivas, assim distribuídas: questões **01** a **10**, valendo 0,5 ponto cada, e questões **11** a **30**, valendo 0,25 ponto cada.
- 2 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 3 Para cada questão objetiva, existe apenas **uma** alternativa correta, a qual deverá ser assinalada com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de escrita grossa, na FOLHA DE RESPOSTAS.
- 4 Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa FOLHA a partir do número **31** serão desconsideradas.
- 5 Os candidatos que comparecerem para realizar a Prova **não deverão** portar armas, malas, livros, máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, *paggers*, *notebooks*, telefones celulares, *pen-drives* ou quaisquer aparelhos eletrônicos similares, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, lenços, aparelhos auriculares, óculos escuros, ou qualquer outro adereço que lhes cubra a cabeça, os olhos e os ouvidos. Aparelhos auditivos serão permitidos, desde que previamente autorizados pela Comissão, conforme disposto no subitem 3.5.3. Os relógios de pulso são permitidos, desde que permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova. (conforme subitem 6.1.12 do Edital de Abertura)
- 6 Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal da sala.
- 7 A duração da prova é de **3 (três) horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
- 8 O candidato somente poderá retirar-se do local de prova **1 (uma) hora após o seu início e não poderá anotar/copiar o gabarito de suas respostas. Se quiser levar o Caderno de Questões da Prova Escrita, o candidato somente poderá se retirar da sala de prova 2 (duas) horas após o início.** (conforme subitem 6.1.15 do Edital de Abertura)
- 9 O candidato que se retirar da sala de prova, ao concluí-la, **não poderá utilizar os sanitários nas dependências do local de prova.** (conforme subitem 6.1.16 do Edital de Abertura)
- 10 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

Boa prova!

01. No que se refere a crime de menor potencial ofensivo, assinale a afirmação correta.

- (A) É consumado o crime quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
- (B) Não se admite a tentativa.
- (C) É considerado culposo quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
- (D) É considerado doloso quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.
- (E) A omissão não é penalmente relevante, pois só se admite o crime comissivo.

02. Considere os seguintes cargos e circunstâncias de atuação.

- I - Juiz togado.
- II - Juiz leigo, sob a supervisão do Juiz.
- III- Conciliador, sob a supervisão do Juiz.

Quais poderão conduzir a conciliação nos juizados especiais criminais?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas I e III.

03. No que se refere à transação e à conciliação, assinale a afirmação **INCORRETA**.

- (A) O acordo entre as partes, quando homologado pelo Juiz, acarretará em renúncia ao direito de queixa, nos casos de ação penal privada.
- (B) O acordo entre as partes, quando homologado pelo Juiz, impede o oferecimento de denúncia contra o autor do fato, nos casos de ação penal pública condicionada.
- (C) Quando não for possível o acordo entre as partes, o Ministério Público deverá oferecer denúncia contra o autor do fato.
- (D) Quando fracassada a tentativa de acordo entre as partes, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, a serem especificadas na proposta, nos casos em que o autor do fato preencher os requisitos legais para tanto.
- (E) Quando os antecedentes, a conduta social, a personalidade do agente, os motivos e as circunstâncias do crime indicarem não ser suficiente a proposta de transação, o Ministério Público poderá deixar de propô-la.

04. No que se refere à suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/1995), assinale a alternativa correta.

- (A) Nos crimes em que a pena mínima for igual ou inferior a dois anos, o Ministério Público poderá oferecer a suspensão condicional do processo.
- (B) Caso venha a ser processado por uma nova prática de contravenção penal durante o período de suspensão condicional do processo, o autor do fato terá o benefício revogado.
- (C) A prescrição não correrá durante o período de suspensão condicional do processo.
- (D) Expirado o prazo da suspensão condicional do processo, será designada audiência para declaração de extinção da punibilidade do autor do fato.
- (E) Nos casos em que o acusado não aceitar a proposta de suspensão condicional do processo, este será arquivado.

05. Com relação à Lei 9.099/1995, assinale a afirmação **INCORRETA**.

- (A) A Lei abrange os delitos de menor potencial ofensivo e todas as contravenções penais.
- (B) O processo perante o juizado especial criminal tem como objetivo, sempre que possível, a conciliação entre o autor do fato e a vítima e, em não sendo isto possível, a transação penal.
- (C) Os crimes cujos processos deverão ser regidos pela Lei são aqueles cujas penas máximas não ultrapassem dois anos.
- (D) Quando houver composição dos danos civis entre as partes e o acordo for homologado, caberá recurso de apelação.
- (E) Na ação penal pública incondicionada, a suspensão condicional do processo poderá ser proposta pelo Ministério Público.

06. Com relação ao instituto da transação penal previsto na Lei 9.099/1995, assinale a afirmação correta.

- (A) A transação penal não poderá ser proposta pelo Ministério Público nos casos de infrações penais praticadas com violência ou grave ameaça à pessoa.
- (B) Não ações penais públicas, não é permitida ao autor do fato a possibilidade de recusa da transação penal, por se tratar de proposta do Ministério Público, titular da ação.
- (C) A transação penal poderá ser proposta pelo Ministério Público quando não for caso de arquivamento, desde que haja representação ou se trate de crime de ação penal pública incondicionada.
- (D) Independentemente do tipo de ação penal, a transação penal deverá ser sempre proposta pelo Ministério Público.
- (E) O autor do fato poderá aceitar a proposta de transação penal sem a assistência de advogado ou de defensor.

07. A proposta, ao acusado, de suspensão condicional do processo **NÃO** poderá envolver

- (A) reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo.
- (B) proibição de frequentar determinados lugares.
- (C) proibição de ausentar-se da comarca onde reside sem autorização do Juiz.
- (D) comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.
- (E) recolhimento a casa prisional, para repouso noturno, por período pré-determinado pelo Juiz, sem possibilidade de prorrogação.

08. Nos termos do Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais (anexo III da Resolução n.º 125 do CNJ), os princípios fundamentais que regem a atuação de conciliadores e mediadores judiciais são:

- (A) oralidade, informalidade, celeridade e economia processual.
- (B) confidencialidade, oralidade, informalidade, economia processual e neutralidade.
- (C) confidencialidade, competência, imparcialidade, neutralidade, independência e autonomia, respeito à ordem pública e às leis vigentes.
- (D) independência, autonomia, respeito à ordem pública e oralidade.
- (E) oralidade, informalidade, respeito à ordem pública e às leis vigentes.

09. Nos termos do Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais (anexo III da Resolução n.º 125 do CNJ), quais princípios regem o procedimento da conciliação/mediação?

- (A) Oralidade, informalidade, celeridade, economia processual, autonomia da vontade e ausência de obrigação de resultado.
- (B) Confidencialidade, neutralidade, imparcialidade, autonomia da vontade e ausência de obrigação de resultado.
- (C) Informação, autonomia da vontade, confidencialidade, oralidade e teste de realidade.
- (D) Informação, autonomia da vontade, celeridade, economia processual, teste de realidade e ausência de obrigação de resultado.
- (E) Informação, autonomia da vontade, ausência de obrigação de resultado, desvinculação da profissão de origem e teste de realidade.

10. Nos termos do Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais (anexo III da Resolução n.º 125 do CNJ), as regras da "autonomia da vontade" e da "ausência de obrigação de resultado" buscam, respectivamente,

- (A) garantir o respeito às opiniões e à liberdade dos envolvidos, bem como desobrigar o conciliador/mediador de buscar, a todo custo, o acordo.
- (B) garantir a autonomia do conciliador/mediador, e a necessidade de que atue de forma neutra e imparcial.
- (C) garantir a independência do conciliador/mediador, e a liberdade dos envolvidos para que tomem a decisão que acharem conveniente.
- (D) oferecer condições aos envolvidos para que ajam da forma mais livre possível, e oportunizar o desafogamento do Poder Judiciário.
- (E) permitir que as partes atuem o mais livremente possível e garantir a isonomia entre os envolvidos.

11. Em relação ao princípio da legalidade (artigo 1º do Código Penal), assinale a afirmação correta.

- (A) Estabelece que as condutas consideradas como imorais pelo corpo social podem ser penalmente sancionadas, diante da magnitude da lesão causada à coletividade.
- (B) Permite concluir que ninguém poderá ser punido por conduta praticada que não esteja previamente definida como crime na lei.
- (C) Autoriza o uso de normas penais vagas e imprecisas para permitir ao julgador ampla discricionariedade no momento de optar pela condenação ou pela absolvição dos acusados.
- (D) Conforme a extensão do dano causado, pode ser flexibilizado para viabilizar a condenação de autores de fatos praticados antes da entrada em vigor da lei penal em questão, desde que fundamentada a decisão pelo Juiz.
- (E) Não há crime sem lei anterior que o defina, mas o Juiz poderá determinar a pena sem prévia cominação legal.

12. Acerca do princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica, assinale a afirmação **INCORRETA**.

- (A) Determina que a lei penal poderá retroagir para atingir fatos praticados antes da sua entrada em vigor quando possuir sanção mais branda ao acusado.
- (B) Deverá alcançar também as sentenças penais condenatórias transitadas em julgado.
- (C) Não incide em casos envolvendo crimes hediondos em razão do elevado grau de lesividade causado por crimes dessa espécie.
- (D) Impõe a extinção da punibilidade quando a lei nova descriminalizar a conduta imputada ao acusado.
- (E) Impõe o arquivamento do termo circunstanciado quando a lei nova descriminalizar a conduta imputada ao autor do fato.

13. Assinale a assertiva correta sobre crime de dano (artigo 163 do Código Penal).

- (A) O agente que destrói coisa própria pratica crime de dano impróprio.
- (B) Quando praticado contra o patrimônio da União, a pena será de um a três anos ou multa.
- (C) O emprego de substância inflamável agrava o delito, nos termos do inciso III do parágrafo único do art. 163 do Código Penal.
- (D) Quando praticado com grave ameaça, o crime será qualificado.
- (E) O crime de dano não pode ser punido somente com pena de multa.

14. José Paulo, imprudente na condução de veículo automotor, colidiu com viatura da polícia militar do Estado do Piauí, destruindo-a parcialmente. Por sorte, a viatura encontrava-se parada e desocupada no momento do acidente. Nesse caso, é correto afirmar que José Paulo

- (A) responderá pelo delito de dano culposo.
- (B) responderá pelo delito de dano qualificado, por ter destruído patrimônio pertencente ao Estado do Piauí.
- (C) responderá pelo delito de dano simples, nos termos do *caput* do artigo 163 do Código Penal.
- (D) responderá pelo delito de dano qualificado e deverá reparar integralmente o dano causado ao patrimônio público.
- (E) não praticou delito de dano.

15. Assinale a afirmação correta em relação ao crime de ameaça (artigo 147 do Código Penal).

- (A) O Ministério Público e o ofendido têm legitimidade para promover a ação penal.
- (B) Trata-se de crime de ação penal privada.
- (C) Somente se procede mediante representação.
- (D) O Ministério Público tem a faculdade de oferecer denúncia a qualquer tempo, sem restrições legais.
- (E) Só pode ser praticado por meio da palavra ou por escrito, não sendo possível a consumação por meio de gesto ou qualquer outro meio simbólico.

16. Quanto ao delito de constrangimento ilegal (artigo 146 do Código Penal), assinale a afirmação correta.

- (A) Não cabe suspensão condicional do processo, diante da gravidade do delito.
- (B) A pena de multa deve ser aplicada cumulativamente à pena privativa de liberdade, em caso de condenação.
- (C) As penas aplicam-se cumulativamente e em dobro quando, para execução do crime, se reúnem mais de três pessoas, ou há emprego de armas.
- (D) Eventuais delitos de maior gravidade envolvendo violência são absorvidos pelo constrangimento ilegal.
- (E) Configura delito a coerção exercida para impedir suicídio, diante da ausência do consentimento do ofendido.

17. Assinale a afirmação correta em relação ao delito de constrangimento ilegal (artigo 146 do Código Penal).

- (A) Diante de sua gravidade, o delito não é tratado como uma infração de menor potencial ofensivo.
- (B) Em caso de condenação, deverá ser penalizado sempre de forma alternativa, com pena de prisão ou com pena de multa.
- (C) Configuram delito de constrangimento ilegal as intervenções médicas ou cirúrgicas realizadas sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, mesmo quando houver iminente perigo de vida.
- (D) As penas relativas à violência deverão ser aplicadas de forma independente em caso de condenação, não se configurando *bis in idem*.
- (E) Trata-se de delito que se processa mediante ação penal pública condicionada à representação da vítima.

18. O delito de lesão corporal culposa (artigo 303 da Lei 9.503/1997), quando praticado na direção de veículo automotor, terá a pena aumentada de um terço até a metade

- (A) quando o agente estiver com a Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação suspensa.
- (B) quando o agente praticá-lo fora da faixa de pedestres.
- (C) quando o agente praticá-lo na pista de rolamento, próximo à faixa de pedestres.
- (D) quando o agente prestar socorro, mas este não for suficiente para minorar os danos causados à vítima.
- (E) quando o agente, no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros.

19. O delito previsto no artigo 304 da Lei 9.503/1997 ("Deixar o condutor do veículo, na ocasião do acidente, de prestar imediato socorro à vítima, ou, não podendo fazê-lo diretamente, por justa causa, deixar de solicitar auxílio da autoridade pública")

- (A) somente será punível se praticado de forma culposa.
- (B) ensejará punição ao condutor, ainda que a sua omissão seja suprida por terceiros.
- (C) não acarretará punição penal ao condutor quando ocasionar apenas ferimentos leves na vítima.
- (D) somente será punível quando restar comprovada a embriaguez do condutor do veículo.
- (E) não permite que o Ministério Público ofereça a suspensão condicional do processo.

20. Considerando-se o Código de Trânsito Brasileiro, assinale as afirmações abaixo com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso).

- () Os casos envolvendo o delito previsto no artigo 307 do Código de Trânsito Brasileiro dependem de representação da vítima para que o Ministério Público possa oferecer a denúncia.
- () As penas previstas no artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro somente poderão ser aplicadas alternativamente.
- () Aos crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro, aplicam-se os dispositivos da Lei n.º 9.099/1995 quando a pena privativa de liberdade não ultrapassar dois anos.

A alternativa que apresenta a sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – V.
- (D) V – F – V.
- (E) V – F – F.

21. Assinale a alternativa correta sobre os crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro.

- (A) Comete o delito do artigo 311 o agente que trafegar em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de escolas, gerando perigo de dano.
- (B) Aos crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro não se aplicam os artigos referentes à aplicação da lei penal, previstos nos artigos 1º a 12 do Código Penal.
- (C) O agente não poderá ser responsabilizado criminalmente por deixar de prestar socorro à vítima quando restar provado que esta teve morte instantânea.
- (D) No caso do delito do artigo 306, o Juiz, ao condenar o agente, deverá optar por uma das penalidades previstas no seu preceito sancionador.
- (E) Os crimes de menor potencial ofensivo previstos no Código de Trânsito Brasileiro somente serão processados após a formalização da representação da vítima, exceto nos casos de embriaguez ao volante, nos termos do artigo 306.

22. Conforme o Código de Trânsito Brasileiro, assinale a afirmação correta.

- (A) A aplicação da lei dos juizados especiais criminais (Lei n.º 9.099/1995) é vedada aos crimes praticados na direção de veículo automotor.
- (B) Ao condenar acusados de delitos praticados na direção de veículos automotores, nos casos de incidência do Código de Trânsito Brasileiro, o Juiz deverá sempre optar entre aplicar a pena privativa de liberdade ou a pena de multa, vedada a aplicação cumulativa de ambas.
- (C) Confiar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada (artigo 310 do Código de Trânsito Brasileiro) constitui delito de menor potencial ofensivo.
- (D) O aumento de pena previsto no parágrafo único do artigo 303 do Código de Trânsito Brasileiro ("lesão corporal culposa na direção de veículo automotor") deverá ser aplicado apenas quando o agente não prestar socorro à vítima.
- (E) Quando da incidência da causa de aumento de pena do parágrafo único do artigo 303 do Código de Trânsito Brasileiro ("lesão corporal culposa na direção de veículo automotor"), não será cabível a suspensão condicional do processo (artigo 89 da lei n.º 9.099/1995).

23. Assinale a conduta que constitui crime de menor potencial ofensivo previsto no Código de Trânsito Brasileiro.

- (A) Conduzir bicicleta em calçadas ou em vias exclusivas de pedestres, gerando perigo de dano.
- (B) Dirigir veículo automotor em via pública sem a Permissão para Dirigir ou a Habilitação.
- (C) Participar, na condução de veículo automotor, de disputa de velocidade ("racha") em via pública, ainda que sem gerar dano à incolumidade pública ou privada.
- (D) Conduzir veículo automotor na via pública, estando com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 0,6 decigramas.
- (E) Dirigir veículo automotor em via pública quando cassado o direito de dirigir, ainda que sem gerar perigo de dano.

24. No que se refere ao crime de "afastar-se o condutor do veículo do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída" (artigo 305 do Código de Trânsito Brasileiro), assinale a afirmação correta.

- (A) Somente se procede mediante queixa.
- (B) É vedado o oferecimento da suspensão condicional do processo.
- (C) Não é facultada a punição exclusivamente com pena de multa.
- (D) É crime de ação penal pública incondicionada.
- (E) Não deverá ser processado perante o juizado especial criminal.

25. No que se refere ao delito previsto no artigo 49 da Lei 9.605/1998 ("Destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia"), assinale a afirmação **INCORRETA**.

- (A) Trata-se de crime de menor potencial ofensivo.
- (B) É crime de ação penal pública incondicionada.
- (C) Admite a suspensão condicional do processo.
- (D) Não admite a aplicação cumulativa da pena privativa de liberdade e da pena de multa.
- (E) Quando praticado na forma culposa, aplicam-se as penas de um a seis meses de detenção e multa.

26. Qual das condutas referidas abaixo **NÃO** representa uma contravenção penal?

- (A) Praticar vias de fato contra alguém.
- (B) Não guardar com a devida cautela animal perigoso.
- (C) Perturbar alguém, o trabalho ou o sossego alheios com gritaria ou algazarra.
- (D) Recusar-se a receber, pelo seu valor, moeda de curso legal no país.
- (E) Entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada.

27. Em relação ao delito de lesão corporal leve (artigo 129, *caput*, do Código Penal), assinale a afirmação correta.

- (A) A ação penal correspondente dependerá de representação.
- (B) Trata-se de delito de menor potencial ofensivo e, portanto, somente se procede mediante queixa.
- (C) Não se admite a suspensão condicional do processo, por se tratar de um crime contra a pessoa.
- (D) Não é permitida a conciliação entre as partes por se tratar de crime de ação penal privada.
- (E) É vedada a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

28. Conforme a Lei Federal n.º 9.099/1995, o processo orientar-se-á pelos critérios de

- (A) oralidade, formalismo, simplicidade e economia processual, quando possível.
- (B) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.
- (C) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando sempre a transação.
- (D) oralidade, formalismo, simplicidade e economia processual, buscando sempre a conciliação.
- (E) oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, quando possível.

29. Conforme a Resolução n.º 905/2012-COMAG, considere as seguintes afirmações.

- I - Cabe ao conciliador, nos Juizados Especiais Cível e Criminal, sob supervisão do Juiz, conduzir a audiência de conciliação.
- II - Os Juízes Leigos e os Conciliadores serão designados pelo Juiz Presidente do Juizado Especial para exercerem suas funções pelo prazo de cinco anos, vedada a recondução.
- III- O Conciliador Cível e da Fazenda Pública receberão pela realização de acordo em audiência, e o Conciliador Criminal receberá pela realização da audiência.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

30. Considere os princípios abaixo, aplicáveis à atuação de Conciliadores e Mediadores Judiciais.

- I - Confidencialidade – Dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo ser testemunha do caso, nem atuar como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese.
- II - Imparcialidade – Dever de agir com ausência de favoritismo, preferência ou preconceito, assegurando que valores e conceitos pessoais não interfiram no resultado do trabalho, compreendendo a realidade dos envolvidos no conflito e jamais aceitando qualquer espécie de favor ou presente, salvo de pequeno valor.
- III- Neutralidade – Dever de manter equidistância das partes, respeitando seus pontos de vista, com atribuição de igual valor a cada uma delas.

Quais estão de acordo com o Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais, Anexo III da Resolução n.º 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.